



PERIÓDICUS

ISSN: 2358-0844

n. 7, v. I | maio-out. 2017

p. 117-133.

Lésbicas negras, identidades interseccionais

Ariana Mara Silva¹

RESUMO: O objetivo do presente artigo é refletir sobre as identidades lésbicas negras enquanto interseccionais e construídas em uma relação dialética com o universo de representações de uma sociedade machista, racista e lesbofóbica. Através de alguns apontamentos sobre fascismo simbólico e colonialidade do poder procura-se um entendimento sobre como se deu a construção das identidades lésbicas negras latino-americanas, bem como as funções e posições impostas a elas. Este artigo conta também com uma reflexão sobre as resistências existentes analogamente a essas imposições.

PALAVRAS-CHAVE: lésbicas; negras; interseccionalidade.

Abstract: The objective of the present article is to reflect on the black lesbian identities while intersectional and constructed in a dialectical relation with the universe of representations on a male chauvinist, racist and lesbofobic society. Through some notes on symbolic fascism and coloniality of power, an understanding of how the construction of Latin American black lesbians identities is sought, as well as how the functions and positions imposed on them have been developed. This article also contains a reflection on the resistances existing analogously to these impositions.

Keywords: lesbians; blacks; interseccionalidade.

Resumén: El propósito de este artículo es reflexionar sobre las identidades lesbianas negras como interseccionales y construidas en una relación dialéctica con el universo de representaciones de una sociedad machista, racista y lesbofóbica. A través de algunas notas sobre el fascismo simbólico y la colonialidad del poder buscarse un entendimiento de cómo fue la construcción de las identidades lesbianas negras latinoamericanas, así como los roles y posiciones que les imponen. En este artículo también tiene una reflexión sobre las resistencias existentes de forma análoga a los impuestos.

Palabras clave: lesbianas; negras; interseccionalidad.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação do Núcleo de Estudos Interdisciplinares Sobre a Mulher da Universidade Federal da Bahia - NEIM/UFBA e membra da Feminaria Musical - grupo de pesquisa e experimentos sonoros E-mail: ariannacortes@hotmail.com

Recebido em 06/03/17
Aceito em 06/05/17

Neste artigo, levanto alguns pontos para pensar as identidades lésbicas negras enquanto interseccionais e construídas em uma relação dialética com o universo de representações de uma sociedade machista, racista e lesbofóbica. A proposta aqui é fazer uma revisão do segundo capítulo da minha monografia² intitulado *Dialéticas identitárias*. Utilizarei a ótica de quatro militantes lésbicas negras brasileiras entrevistadas para a confecção da monografia, atuantes no final da década de 1970 e ainda hoje militantes dos Movimentos de Mulheres e Movimento de Lésbicas: Heliana Hemetério, de Curitiba - PR, Neusa das Dores e Rosângela Castro, do Rio de Janeiro - RJ, e Soraya Menezes, de Belo Horizonte - MG.

O método utilizado foi a História de Vida, parte do amplo quadro que é a História Oral pois, além de permitir a intersecção entre os aspectos individuais da vida de cada uma das entrevistadas e o contexto social, ainda possibilitou abarcar de maneira ampla uma temática tão abrangente como as identidades lésbicas negras e permitiu a escuta de pessoas que vivenciaram e vivenciam um contexto temporalmente recente. São narrativas nem sempre privilegiadas pela academia, no entanto, ajudam a pensar como a interseccionalidade, bem estruturada enquanto teoria, funciona nas práticas vivenciadas e construídas por sujeitas tidas como subalternas. Colocar essas narrativas em primeiro plano é tomar posição contra uma série de invisibilidades impostas pelo fascismo simbólico (MOASSAB, 2011, 135) característico da colonialidade instaurada no mundo a partir das ambições europeias que culminaram nas invasões e opressões sistemáticas da África, América Latina e Ásia.

O fascismo simbólico diz respeito à construção de sentidos pelo poder hegemônico, enquanto tudo o que se encontra fora desses valores é silenciado, distorcido e categorizado como inferior ou perigoso (MOASSAB, 2011)³. A construção simbólica desses sentidos implica a inferiorização de grupos inteiros e as violências cotidianas e preconceitos diversos são naturalizados e internalizados sem reflexões críticas. Ou seja, mecanismos instintivos e espontâneos tomam o lugar da reflexão levando a sociedade a produzir e reproduzir valores hegemônicos e a subalternização de determinados grupos, numa visível “ausência de negociação na produção de sentidos, em que a parte dominante da sociedade impõe um lugar de fala a determinados grupos subalternos, entre os quais as mulheres” (MOASSAB, 2011, 135), negros e LGBTs.

² A monografia *Griôs sapatonas brasileiras e lampião da esquina: o contraste das questões de gênero, raça e sexualidade na fonte oral e na fonte escrita* foi apresentada para a conclusão do curso de História na Universidade Federal da Integração Latino Americana no ano de 2015. A revisão se propõe a atualizar alguns fios do texto ficaram soltos devido principalmente à imaturidade acadêmica da autora no momento da escrita.

³ O conceito de fascismo simbólico foi desenvolvido pela autora em seu livro *Brasil periferia(s): a comunicação insurgente do Hip Hop* (2011), como mais um tipo de fascismo social, categoria analítica desenvolvida por Boaventura de Sousa Santos, no livro *A gramática do tempo* (2006), alinhavado com o conceito de violência simbólica, de Pierre Bourdieu, no livro *A dominação masculina* (1999).



Essa hegemonia de poderes não necessariamente é iniciada com a instituição colonial. Não obstante, a partir da imposição colonial, a raça se transforma em instrumento chave de controle e dominação, na qual poder e alteridade são protagonistas no processo de construção de identidades sociais historicamente novas de um ponto de vista eurocentrado: negros, índios e mestiços. São identidades diretamente associadas a hierarquias, lugares e papéis sociais que definem assim um padrão de dominação com base nas diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados (QUIJANO, 2005). O critério colonial de racialização da população é expandido para outras relações sociais e se tornou um instrumento de dominação social universal porque outro critério, também universal e mais antigo que esse, o intersexual ou de gênero, passou a depender dele (QUIJANO, 2005, p.229).

Seguindo esse raciocínio, é de suma importância refletir sobre como se dá a construção dessas identidades para em seguida entender como a interseccionalidade é parte indissociável da vida das lésbicas negras. Por isso, pretendo retomar aqui algumas discussões acerca do conceito de colonialidade para, então, pensar a construção de identidades lésbicas negras nesse contexto.

A raça é um instrumento chave de controle e dominação imposto à população mundial devido às ambições do domínio colonial europeu, o que, de acordo com Catherine Walsh (2008), é a própria sublevação da colonialidade, a insurreição da colonialidade do poder. Walsh (2008) se concentra em pelo menos quatro eixos entrelaçados da colonialidade: 1) a colonialidade do poder, o estabelecimento de um sistema de classificação social baseado em critérios raciais e sexuais que distribui as identidades sociais classificando sujeitos e sujeitas como superiores ou inferiores dependendo se são brancos, mestiços, indígenas ou negros, homens ou mulheres, heterossexuais ou homossexuais, como um padrão no qual as identidades masculina e branca são tidas como superiores à feminina e negra, por exemplo; 2) a colonialidade do saber, o eurocentrismo como única perspectiva do conhecimento que descarta outras racionalidades epistêmicas e utiliza, como dispositivo de dominação, a razão colonial; 3) colonialidade do ser, inferiorização, subalternização e desumanização de quem não está incluído na racionalidade formal, o trato da não existência, ou seja, a relação entre razão/racionalidade e humanidade que coloca negros e indígenas como bárbaros, não modernos e não civilizados, logo não existentes e; 4) colonialidade da mãe natureza e da vida, a divisão binária da natureza e da sociedade na qual o mágico, o espiritual e o social é descartado, ou seja, um modelo de sociedade moderna e racional com raízes euro-americanas e cristãs (WALSH, 2008, p. 136-139).

A multiplicidade de indivíduos, criada e mantida a partir da colonialidade do poder na



América Latina, conforme explicitada por Walsh (2008), gere as engrenagens de um sistema de entendimento no qual os espaços, as funções, possibilidades e limitações são necessárias para estabelecer uma estrutura social, dentro da lógica colonial capitalista. A questão não são as identidades e sim as desigualdades criadas, explicadas e naturalizadas nos contextos sociais nos quais estão inseridas.

Manuel Castells (1999) salienta que as identidades múltiplas são fonte de tensão e contradição e os determinantes simbólicos dessas identidades definidos por normas estruturadas por organizações e instituições dominantes na sociedade. Logo, o questionamento de como, a partir de quê, por quem, para que esse processo de identificação acontece é de fundamental importância na percepção do contexto em que se dá. De acordo com o autor, o ser humano não é predeterminado e está constantemente em construção, desconstrução e reconstrução das referências sociais, numa dinâmica de identidades. É um processo que podemos observar logo na apresentação de uma das entrevistadas

Eu sou Rosângela Castro, lésbica negra, gosto sempre de colocar que eu sou lésbica negra, eu não sou uma negra lésbica. Porque assim, a minha... eu sempre me identifiquei como lésbica e o processo de embranquecimento da minha família foi muito cruel, né?! Eu sou daquela geração que passou henê, que passou pasta, que passou todas aquelas coisas no cabelo, que tinha a questão mesmo do embranquecimento, né?! Então pra mim era muito mais fácil eu me assumir enquanto lésbica, até porque era uma coisa que as pessoas não viam, ou que eu achava que não viam, né, do que a questão da negritude. Ainda mais que eu tenho a pele mais clara né, então... e ainda mais no sudeste né, que tem aquela afirmação da mulata, da morena né, de todos aqueles estereótipos que a gente tem em relação às mulheres negras, né, então pra mim sempre foi muito mais fácil (Rosângela Castro, 2014).

A construção da identidade é um processo social que ocorre num contexto de relações de poder, como apontado anteriormente, e pode ocorrer de três diferentes formas e/ou origens, conforme Castells (1999, p. 24): 1) identidade legitimadora, concebida por organizações e instituições dominantes para manter a dominação sobre atores sociais, padronizada; 2) identidade de resistência, composta por atores sociais desvalorizados ou estigmatizados pela lógica dominante que constroem alternativas de resistência e sobrevivência de forma coletiva frente a opressão e; 3) identidade projeto, com base no material cultural disponível os atores sociais constroem uma nova identidade que redefine seus lugares na sociedade e transforma o conjunto da estrutura social.

Essas definições mostram possibilidades quando se trata de dominações e opressões porque os lugares das identidades podem produzir também a resistência, ou seja, as posições tanto de um lado quanto do outro não são somente excludentes ou únicas, são móveis assim como as identidades. Outra



entrevistada concorda com Castells nesse ponto, quando se refere a questão da vulnerabilidade das identidades negras não enquanto uma situação fixa, porém como algo muitas vezes volúvel.

Perceber né, que ser militante e ter noção de quem se é faz com que facilite o nosso cotidiano. Não tira nossa dor. Agora também não faça o discurso vitimista, né?! Nós não somos sofredores, nós somos pessoas que temos nossos direitos negados e esses direitos negados nos traz sofrimento e por isso eu carrego dores na minha alma. Eu não carrego dores na alma porque eu sou preta e sou inferior. As minhas dores vem da maneira cruel e silenciosa como essa sociedade me trata. A minha dor vem da minha subjetividade que me fragiliza e me entristece, né?! O racismo me deixa, eu não sou uma mulher vulnerável, o racismo me deixa em determinados momentos vulnerável. Eu não sou vulnerável, sabe?! Também é um discurso muito babaca, vulnerável não, nós não somos vulnerável não, vulnerável é o que tá em torno e faz com que ela fique vulnerável naquele momento. Então nós estamos vulneráveis a policia, essas coisas, a violência, porque o racismo nos coloca nesse lugar de vulnerabilidade. Porque enquanto pessoas nós não somos vulneráveis (Heliana Hemetério, 2014).

Seguindo ainda essa linha de raciocínio, de identidades e posições mutáveis, apresentada por Castells, cabe pensar como as identidades perpassam as relações de gênero e sexualidade numa sociedade definida por Tânia Pinafi (2010) como andro-heterocentrada e homofóbica.

Explicitando: se a sexualidade, como aponta a autora, é orientada para a complementariedade entre homens e mulheres, com base no sexo biológico, “impulsionando todos em direção a sexualidade positiva, ou seja, a heterossexualidade” (PINAFI, 2010, p. 899) ao mesmo tempo em que o sistema androcêntrico estabelece bases assimétricas de poder que oprimem as mulheres, percebemos que valores e hierarquias sociais estão diretamente relacionadas ao sexo biológico masculino e a heterossexualidade. Dessa forma, as orientações diversas que fogem dessa sexualidade positiva vão contra o sistema heteronormativo e acabam por ser estigmatizadas.

Nesse sentido, escrever sobre lésbicas negras é dar um tratamento interseccional a essas identidades que são necessariamente múltiplas. Nunca elas serão apenas mulheres ou apenas negras ou apenas lésbicas, pois nesse processo de construção coletiva de identidades as barreiras para manter os sujeitos e, especialmente, as sujeitas, em determinados contextos políticos, econômicos e culturais incidem com maior força nelas. As identidades como processo social possuem significações e produzem sentidos, ou seja, são construções históricas. Construções essas que promovem a manutenção de privilégios e da ordem social hegemônica tornam as identidades lésbicas negras vítimas de “discriminações cumulativas” (SILVA, 2009, p. 2), que gera, como principal consequência, a invisibilização dessas mulheres na sociedade.



Como diria Audre Lorde (1983), não existe hierarquia de opressão. A autora autodeclarada “negra, lésbica, mãe, guerreira, poeta” explica ter aprendido que a origem do sexismo e do heterossexismo é a mesma do racismo e por isso não há como escolher uma frente de batalha. Isso porque dentro da comunidade negra ela é lésbica e dentro da comunidade LGBT ela é negra, logo, ela entende que ser livre da intolerância não é direito de um grupo particular, não há como lutar apenas contra uma forma de opressão. Essa “não escolha” é resultado da interseccionalidade intrínseca na vida de lésbicas negras, moldada a partir de pressupostos dados pela colonialidade de poder. É uma questão que surge na fala de todas as entrevistadas, especialmente ao explicarem quando e como iniciaram as suas militâncias.

A minha militância nessa época era dentro do Sindicato de Professores porque eu sou professora. A minha militância na época era dentro do Sindicato dos Professores e como tal era no armário. Era uma militância por melhores salários, por plano de carreira, era uma outra briga. Eu começo a sair no final dos anos 70, já bem no final dos anos 70 início dos 80 pra discussão no Movimento de Mulheres e logo depois no Movimento Negro. Mas naquele espaço que pra mim tinha uma certa segurança. (...) Sempre foi complicado, nunca deixou de ser complicado, mas nunca foi dolorido. Faço questão de dizer isso, pra mim, não porque eu sempre fiz questão de afirmar mesmo isso. Nós tínhamos grupos de mulheres naquela época, principalmente em São Paulo que... a gente se encontrava nos espaços de militância e demarcava bem espaço das lésbicas. Das negras não tanto nessa época, mas das lésbicas a gente marcava tanto (Neusa das Dores Pereira, 2014).

Bom, o tempo foi passando, eu comecei a entrar, a participar das discussões do Movimento Feminista branco. A primeira percepção que você tem é que o racismo não está na mesa e você encontra também lésbicas brancas com outro discurso. Elas não se declaram lésbicas, elas são feministas e lésbicas e não lésbicas feministas. Então tem essas coisas dos espaços né, você anda pra lá e pra cá, mas o acolhimento enquanto lésbica, ele se fazia para nós uma maneira melhor como lésbica do que dentro do movimento negro sem dúvida alguma. Porém no Movimento Feminista não tinha o discurso racial (Heliana Hemetério, 2014).

Aí a partir do movimento sindical percebeu-se que o povo trabalhador não tinha um rosto, o negro, a mulher, o LGBT e aí começou umas correntes partidárias discutir o feminismo, que era tido como algo da burguesia. Aí a gente começou a discutir dentro do sindicato o nosso feminismo enquanto mulheres negras também e quando aconteceu. E dentro do sindicato não havia um empecilho muito grande, o empecilho era correntes partidárias e uma era o PT, tinha Convergência Socialista, tinha articulação de várias correntes então cada mulher queria levar a visão da sua corrente e não unificar a luta como um todo isso trouxe um desgaste muito grande para a CUT (Soraya Menezes, 2014).

Então em alguns momentos a gente se vê muito solitária, né porque por mais que a maior parte das companheiras do movimento eram lésbicas, mas elas tinham outras bandeiras, né elas eram feministas



e lésbicas, negras e lésbicas, né a questão da sexualidade vinha sempre [...] Que nem o Movimento Feminista, ele tem trinta e poucos anos, não lembro quantos anos que ele tem, mas só que a gente que é mulher negra, nosso Movimento Feminista aconteceu desde que a gente pisou aqui sendo traficada, né. Depois que a gente consegue a nossa carta de alforria, né que nossas antepassadas, nossas ancestrais vão vender [...] E aí a gente começa estar muito junto do Movimento Feminista né, mas não discutindo as nossas especificidades. E daí começa né dentro do Movimento Feminista as negras se organizarem enquanto movimento de mulheres negras, e a gente sai também desses espaços e começa a se organizar enquanto grupo de lésbicas (Rosangela Fernandes de Castro, 2014).

Uma das definições possíveis do termo interseccionalidade é a utilizada por Jurema Werneck (2007), para quem a afirmação da coexistência de diferentes fatores podem ser nomeados como eixos da subordinação, que ocorrem de maneira simultânea na vida das pessoas e permitem entender a complexidade da situação de grupos e indivíduos. De acordo com a autora, esse entendimento é o que permite soluções adequadas para a diversidade de indivíduos e grupos sociais existentes nas sociedades. A definição apresentada por Werneck pactua com a concepção de interseccionalidade formulada por Kimberlé Crenshaw (2002).

Crenshaw afirma que a interação entre dois ou mais eixos da subordinação ocasiona consequências estruturais e dinâmicas e geram um problema a ser tratado. A conceituação desse problema é a definição da interseccionalidade. A autora ainda destaca que o racismo, o patriarcado, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios são temas centrais a serem tratados pela interseccionalidade, já que criam desigualdades estruturantes das posições relativas a gênero, raça, etnia e classe. Os eixos de subordinação perpassados pelas discriminações tornam-se aspectos dinâmicos e/ou ativos de desempoderamento, por isso são necessárias ações e políticas específicas para combater essas opressões (CRENSHAW, 2002, p.177). A intersecção forma sujeitas específicas com lugares sociais definidos e formas de ser e estar no mundo e nas relações interpessoais.

Para Fabiana Leonel Castro (2010), a utilização do termo interseccionalidade ajuda na compreensão da articulação entre questões de gênero, orientação sexual, raça, mobilidade, geração, dentre outras, e na percepção de que esses eixos de subordinação não se desenvolvem isoladamente e não afastam a presença de outros fatores produtores de desigualdades e desvantagens. Logo, a presença simultânea de eixos de subordinação potencializa a discriminação contra a pessoa que os vive. Dessa forma, podemos pensar como eixos da subordinação constituem também vias de discriminação, agravadas conforme seu agrupamento.



O Parque Municipal ali, não sei se você viu, era onde a gente fazia pegação. Eu já fiz muita pegação ali nesse Parque Municipal, porque olha pra você ver, aqui em Belo Horizonte, como acho que em toda parte do Brasil, é muito caro você ir para uma boate. Você pagava lá na boate caro pra entrar e caro para consumir lá dentro, então pra você ver, ficava sem local pra gente ir. Até hoje, hoje não tem onde você ir, aí havia o espaço do Parque Municipal pra gente namorar, então a gente tava beijando aí chegava polícia e a gente dá um perdido, dá uma rodada e beijava de novo. Então a gente vê que tinha o preconceito institucionalizado e tinha preconceito que era contra os pobres né?! Era contra os pobres então a gente não tinha tanto lugar porque nessa época aqui em Belo Horizonte quem tinha dinheiro alugava sítio ia fazer pegação né (Soraya Menezes, 2014).

Nesse momento a entrevistada relata como a interação social está relacionada aos eixos da subordinação agrupados em uma pessoa, ou seja, influenciava diretamente a sociabilidade. Isso fica mais evidente no trecho a seguir, no qual relata que não era exclusividade das lésbicas negras serem pobres, todavia, geralmente, as lésbicas pobres eram negras.

E aí você vê a diferença onde nós mulheres negras estamos localizadas, naquela época ainda era pior do que hoje. Então você vê o preconceito era muito pior do que é hoje. Você ia beijar, você ia deitar não tinha aquele conforto de alugar um sítio não tinha aquele coiso de você ir já num lugar, já num bar lésbico porque era muito caro, então ficava muito latente. Então você dizia assim, “as lésbicas negras sofria mais preconceito? Sofria mais preconceito do que as lésbicas brancas?” Não é que sofria mais preconceito ou menos preconceito, era mais visível porque a gente não tinha o mesmo poderio de grana. Claro que também tinha lésbicas brancas que também não tinham (Soraya Menezes, 2014).

Antônio Guimarães (2002) destaca que a distribuição de bens materiais e culturais no Brasil é feita de forma desigual por estar fortemente relacionada à distribuição desigual de outros bens, os simbólicos. Segundo o autor, a partilha desigual desses bens foi influenciada diretamente pela escravização, inferiorização e discriminação dos negros e negras desde o período colonial, aspectos que acabaram se tornando mecanismos de segregação, de diferenças no acesso ao mercado e de empobrecimento da população negra. Vanilda Oliveira (2006) afirma que a população brasileira não reconhece o racismo por se pautar pelo mito da democracia racial⁴. Ela busca explicação para as desigualdades étnico-raciais nas relações de classe e destaca a pauperização dos negros e negras como consequência do racismo. A intersecção entre raça, classe social e orientação sexual aparece na fala de outras entrevistadas, com enfoques diferentes, sempre destacando como a classe social influencia tanto no autorreconhecimento quanto na visão racial do olhar externo.

⁴ Conceito primeiramente apresentado pelo sociólogo Gilberto Freyre no livro *Casa Grande e Senzala* (1933). Apesar do autor não ter utilizado essa expressão nesse livro, passou a utilizá-la em trabalhos posteriores, abrindo caminho para outros autores popularizarem a expressão.



E aí, mas apesar disso tudo, a consciência racial mesmo, do lugar que isso ocupava, a consciência vem muito tarde. Porque o fato de eu ser de classe média, eu venho de uma família toda negra, mas uma família de classe média. Então nós éramos os negros e eles eram os negros do morro, os negros da favela, entendeu?! Nós éramos nós negros, aqueles negros não tinha a ver comigo. (...) E o racismo estava ali. O racismo estava na minha solidão, o racismo estava quando eu ia para as festas e não dançava porque sempre eu era a única negra e os meninos brancos não dançavam comigo. Ele estava ali e eu via isso, mas eu não conseguia entender. (...) E isso eu pude trabalhar com a minha mãe depois de algum tempo né, eu dizia pra ela, pois é eu era tão discriminada que teve um momento que eu não quis mais passear. Eu saía, a questão cultural era muito forte, eu ia ao teatro, cinema, isso tudo eu vivia, e show. Mas festas, a questão do social, eu já não ia porque eu sabia que ia tomar chá de cadeira (Heliana Hemetério, 2014).

A entrevistada toca na questão da classe ao descrever como nas classes mais abastadas a consciência racial era invisibilizada, apesar do racismo em algumas situações, para logo depois destacar o entendimento do como e do porquê sua condição social interferiu por tanto tempo na consciência racial, entendimento esse que veio com o tempo e a experiência de militância nos movimentos sociais.

Então aquilo ali já era uma intersecção. E era um sofrimento, porque você percebe, não tem resposta, porque se eu tivesse as respostas que eu tenho hoje, eu continuaria excluída, mas eu teria o entendimento do porquê. Eu morava num prédio de branco, estudava no colégio com muitos brancos, vestia as roupas dos brancos, comia a comida dos brancos, tinha carro como os brancos, só não era branca, sabe?! (Heliana Hemetério, 2014)

A intersecção entre raça e classe ainda foi assunto de outra entrevistada que apontou como essas discussões afetam lésbicas negras, ainda que militantes mais jovens. Ela relata sua experiência durante uma reunião de movimentos de mulheres em Brasília, por volta dos anos 2007/2008.

[...] e aí a gente tava passando e tinha umas meninas mais ou menos da minha cor, um pouco amelaninada acentuada que a gente falou "olha tá começando a reunião das mulheres negras, vamos?" Elas olharam assustadas e foram. Depois de algum tempo que elas vieram verbalizar que elas não sabiam que eram negras, que elas ficaram sabendo naquele momento. Que elas eram do Nordeste, eram de classe média alta, mas eram negras. Só que elas não sabiam. Porque a questão social delas impedia delas serem vistas como negras e se auto reconhecerem como negras, aí precisou que o externo mostrasse. E eu lembro também que em 2006 teve no SENALE uma mesa sobre lesbianidade e racismo e que tinham algumas pessoas assim, que choravam e falavam "Nossa eu achava que eu era discriminada porque eu era pobre, não era porque eu era negra". Ali elas estavam se descobrindo negras. E foi muito rico e muito pesado. (Rosangela Fernandes de Castro, 2014).



É importante ressaltar a questão de classe como atravessadora das diversas vias de discriminação justamente pelo poder de aprofundar outros preconceitos ou de invisibilizar questões. Uma maneira de entender como funciona é pensarmos em duas mulheres lésbicas, uma negra e outra branca, expulsas de casa pelos pais por causa da orientação sexual. Pensando a sociedade racializada como vemos nos dias atuais, a lésbica branca tem maiores chances de conseguir um emprego e reconstruir a vida a partir desse momento de ruptura do que a negra. Se as condições sociais das famílias brancas são melhores que as das famílias negras, provavelmente a lésbica branca teve melhor/maior acesso à educação e isso refletirá na hora de buscar um emprego. Ou seja, uma mulher negra lésbica pobre está mais suscetível a condições de desemprego ou subemprego do que uma lésbica branca pobre.

Quando eu saí de casa com 18, anos de idade e minha mãe começou não vai dar nada certo, você vai morrer, não sei o que, porque ainda o pessoal ligava a homossexualidade com a marginalidade e foi muito bom dela ter falado isso comigo porque aí eu fui trabalhar pra (pausa) trabalhar, estudar. Eu morei na favela que era um quarto, um lugar que você tinha que dividir o banheiro com um punhado de gente, toda vez que você ia no banheiro tinha que jogar água sanitária. [...] Depois de 20 anos eu já tava com a minha casinha, coisa de pobre, mas que é minha mesmo e tava com a minha vida feita e ela me pediu desculpa, perdão, falou olha eu te amo... o preconceito faz isso e fazia muito mais do que faz agora. (Soraya Menezes, 2014)

Analisando de outra maneira, conforme os relatos, podemos perceber como a condição social pode também ser um fator de embranquecimento⁵ para mulheres negras, sendo elas lésbicas ou não. Logo, o entendimento de que as discriminações sofridas são provenientes somente da orientação sexual é possível, minimizando ou anulando os efeitos dos outros eixos da subordinação apontados por Crenshaw e Werneck. Até mesmo porque, embranquecer não passava somente pela questão apenas social, era algo estético que fazia parte da lógica familiar de muitas pessoas negras conforme relatou Heliana Hemetério no seguinte trecho da entrevista.

Minha mãe é uma mulher negra [sinal de aspas], filha de mãe negra, pai português, que pagou assim,

⁵ O embranquecimento pode ser abordado de três perspectivas: 1) embranquecimento como proposta ideológica do Estado-Nação; 2) embranquecimento biológico através da mestiçagem e; 3) embranquecimento social, que diz respeito a valores, atitudes e comportamentos. Essa última perspectiva foi a utilizada para a abordagem nesse trabalho (AZEVEDO, 1955).

“Os negros que ascendem de posição de classe, quanto menos mulatos e mais negróides, mais vivem ‘o corpo em desgraça’, o drama existencial de serem em si um paradoxo, uma disfunção naquilo que nos parece a ordem natural das coisas. Esse é o drama que a noção de ‘embranquecimento’ nos faz esquecer. O negro que enriquece não se torna um branco, mas rico como um branco. Seu corpo lhe deixa sob tensão; sua alma é branca, como diz o ditado popular, mas o corpo não. No paraíso (lugar de todas essas fantasmagorias que negam a carne, mas expressam sempre, de modo sublimado, indireto ou sub-reptício, anseios da carne) só haveria lugar para a alma desse negro. Ele está na posição de quem luta contra forças que querem cindi-lo [...]” (ROCHA, 2009, p.371).



o preço dessa questão racial e desse embranquecimento. Ela era literalmente da minha cor, tinha o cabelo crespo, pra não dizer duro né, e as outras duas irmãs eram mulatas [sinal de aspas] claras e de cabelo quase liso. Então minha mãe tinha todos os problemas que você possa imaginar, por essa pele escura e por esse cabelo [interrompe para pegar os óculos que caiu no chão] ruim que a minha mãe tinha. E o que acontece, ela passou a vida me alisando né. [...] A minha mãe teve esse problema, ela era noiva de um afilhado do meu avô que era português, loiro, de olho azul. Minha mãe terminou esse noivado pra casar com meu pai que era preto. E isso foi um problema seríssimo, minha mãe casou escondida com meu pai. E minha avó disse pra minha mãe, a mãe dela, “eu fiz tudo pra clarear e você está escurecendo de novo”. Mas era isso o que ela aprendeu, ela fez um esforço de ser uma mulher preta que arranjou um português pra clarear tudo, mas a minha mãe tava escurecendo tudo de novo. E isso foi a razão da minha família não aceitar meu pai e ainda minha mãe ter que casar escondido (Heliana Hemetério, 2014).

Martha Viveros Vigoya (2009) explica que o racismo e o sexismo naturalizam as desigualdades e discriminações de três maneiras diferentes. Na primeira delas, ambos utilizam o argumento da natureza para justificar e reproduzir relações de poder baseadas nas diferenças fenotípicas. Ou seja, a partir da segunda metade do século XIX as políticas de população e família e as intervenções no corpo, na sexualidade e na vida cotidiana passam a ser justificadas pela preocupação com a pureza sanguínea e pelo futuro da espécie, supostamente ameaçadas por casamentos e relações sexuais entre pessoas de raças diferentes, sendo que isso se estendia às diferenças de classe, nação e religião durante esse período (VIGOYA, 2009, p.65).

A segunda maneira, de acordo com Vigoya, é a associação que ambos, racismo e sexismo, fazem entre a realidade social e a realidade corporal colocando, através da subordinação dos corpos, o corpo como lugar privilegiado de inscrição do caráter simbólico e social das culturas. Segundo Castro (2010), a primeira marca de representação do gênero é o corpo, por isso é lugar estratégico de debate. A autora explica que nos corpos das pessoas negras estão as permissões e negações que contrariam a liberdade de ir e vir. No Brasil a diversidade de corpos não impede que sejam lidos de formas diferentes conforme a raça, o gênero, a geração ou a condição social. Essas leituras diferenciadas baseadas no racismo e sexismo trazem consequências dramáticas para algumas pessoas.

Tenho uma amiga, ela foi apedrejada na cidade dela, ela foi apedrejada na cidade dela pelas pessoas da igreja e assim apedrejaram ela, literalmente, jogaram pedras nela, assustada ela veio pra Belo Horizonte. Ela era perseguida lá e existia, eu brincava com ela que existia capataz que tinha medo de sapatão novinha... A cidade era pequenininha e quando ela passava era como se fosse ela que converteu toda a cidade, fez discípulas mesmo, mas apesar das dificuldades, fora assim, fora que



muitas, muitas lésbicas foram estupradas e que muitas sofreram estupros corretivos com consentimento inclusive da família e quando não pegava um cara ai pra casar e arrumava filho pra ficar... (Soraya Menezes, 2014).

Vigoya apresenta a terceira maneira de naturalização das desigualdades e discriminações explicando que tanto o racismo quanto o sexismo coloca as mulheres e os “outros” como grupos naturais, predispostos à submissão, ou seja, assim como as mulheres são objetos sexuais, corpos não brancos são objetos raciais ou étnicos. É dessa suposta predisposição à submissão que deriva a imagem da mulher como dona de casa e objeto sexual e do negro “feito para o trabalho” e hiperssexualizado. A hiperssexualização, particularmente, é tema recorrente quando o assunto são as mulheres negras, sejam elas lésbicas ou não. De acordo com Oliveira (2006, p. 32) é vigente o estereótipo da mulher negra de forma animalizada por ser alocada “em um lugar em que o corpo se sobrepõe ao intelecto”. É importante ressaltar que a exploração dos corpos das mulheres é geral, no entanto, a diferença é que as mulheres negras são como animais sexuais enquanto as outras são objetos sexuais.

Conforme aponta Vigoya (2009, p. 66) algumas afirmações que fazem parte do imaginário colonial, e são sustentados até os dias atuais, perpetuam essa estereotipificação: “*la sensualidad lasciva y la disponibilidad sexual de las mujeres racializadas, la potencia sexual de los africanos, los mitos y leyendas construidos en torno a la depravación de los pueblos llamados primitivos*”. Nesse sentido, as entrevistadas explicam como se dá essa construção e mostram a posição da mulher negra lésbica no imaginário das próprias lésbicas.

Mas aí era um fetiche, era diferente porque as negras né ela é quente na cama e tal. No próprio movimento negro havia um preconceito... Pô um negão daquele lá viado que que isso... Porque o movimento LGBT de fato tinha um preconceito em relação ao negro... Esse movimento né, aquela questão da aparência do outro (Soraya Menezes, 2014).

Porque também ao mesmo tempo a gente também sofre alguns assédios. A gente não sofre só assédio por conta da negritude, assédio masculino. A gente também sofre de mulheres por estarem com uma negona do lado também, é excitante, chama alguma certa atenção. E a gente também em alguns momentos enfrentou essas questões. Tem uma menina, Heliana Hemetério, que inclusive tá agora lá em Curitiba, que ela fala assim "as pessoas olham pra gente como se ao invés da gente ter uma xereca a gente tinha uma brasa no meio das pernas", porque é negra, porque é lésbica tem que trepar muito né, tem que fazer tudo muito [...] Ou masculinização ou uma feminização carnavalesca, e quando eu digo carnavalesca você tem que estar naquele estereótipo da gostosa se preparando sempre pra ir no ensaio da escola de samba. Tem hora que a gente funciona como troféu, tem que estar o tempo todo



com cara de troféu (Rosangela Fernandes Castro, 2014).

Rosangela Castro dá continuidade ao assunto ao abordar como esses estereótipos e construções transformam os relacionamentos lésbicos inter-raciais em relações de poder. Ela tratou a questão racial bem como outros eixos da subordinação que transportam hierarquias sociais para dentro dos relacionamentos entre lésbicas. Ainda assim, a fala demonstra que essas relações não são estáticas, há também alternância de quem exerce o poder.

Eu já tive algumas experiências assim, de ver alguns relacionamentos inter-raciais que eram tentativas de algumas coisas políticas para os dois lados. Eu te apresento meu mundo e você me acompanha pro meu. Em alguns momentos eu sentia isso como ruim, mas também pode ser um olhar meu meio cruel né. "Olha eu tenho meu troféu preto e eu vou sentar na sua mesa, branco". Então em alguns momentos eu senti isso, mas não sei se foi o sentimento de todas as lésbicas negras, mas em algum momento eu senti isso. E a mulher branca abre determinadas portas através da mulher negra, porque tem portas que só nós mulheres negras sabemos onde está a chave. Muitas delas, muitos espaços reservados, espaços de reflexão, espaços de meditação, de comunhão. Olha, hoje eu tenho visto que todo relacionamento tem um poder, um lado ruim do poder, o poder não é bom né. Seja através de escolaridade, de melhor salário, de melhor casa, de melhor bairro onde mora, de emprego, do que tem na mesa pra comer e pela cor da pele também. "Eu tenho mais poder do que você porque, afinal de contas, quando eu sentar à mesa com você o garçom me entrega a conta mesmo você tendo o dinheiro". E eu já tive muitas oportunidades de vivenciar isso. Então eu acho que às vezes tem espaços cruéis de poder (Rosangela Fernandes Castro, 2014).

A respeito da masculinização das mulheres lésbicas, Soraya Menezes apresenta um dado da cidade de Belo Horizonte e coloca a masculinização das lésbicas negras como mais um eixo da subordinação quando interseccionada com a classe social.

Ainda hoje, quando a gente vai ali perto da São Gabriel tem um abrigo lá chamado abrigo São Paulo, a quantidade de lésbicas que tem ali oriundas de cidades do interior e expulsas de casa, então ainda acontece isso. Porque se a gente tá falando assim na década de 80, ah naquela época acontecia isso. Não, hoje também acontece. Então uma grande parte são lésbicas masculinizadas, grande parte que tá lá são masculinizadas, mais do que masculinizadas (Soraya Menezes, 2014).

As concepções de masculino e feminino não podem ser abordadas de forma simplista, é necessário destacar que o papel de homem e de mulher são construções culturais e sociais. Segundo Judith Butler (2003), se o gênero for construído completamente independente do sexo ele se torna um mecanismo flutuante, no qual tanto mulher e feminino quanto homem e masculino podem, com facilidade, ser atribuídos ao corpo masculino e/ou feminino. Conforme aponta Bourdieu (1999),



masculino e feminino não são dados naturais, pois a masculinização do corpo masculino e a feminização do corpo feminino é uma tarefa interminável. Ou seja, uma criança nasce sendo preparada para assumir o gênero que seu sexo, macho ou fêmea, sugere e, embora possua todas as características anatômicas do sexo há todo um trabalho de reafirmação do gênero. Para Soraya, a masculinização na década de 1980 era também forma de afirmação e reafirmação entre as lésbicas.

Tinha também a Bombbole onde a gente expressava a nossa sexualidade. Então a gente assim, boné, a gente colocava um terninho e saía toda assim. Então aquela década de 80 havia muita lésbica mais masculinizada, mas não era por conta que queria ser homem sabe, até mesmo porque queria se auto afirmar, não era questão de querer ser homem trans. Era mulher mesmo, mas mais masculinizadas era questão de se auto afirmar. Eu mesmo não usava nem saia (Soraya Menezes, 2014).

Embora a definição de gênero não seja pautada apenas nas diferenças anatômicas do sexo, é a partir da constatação dessas diferenças que se inicia o processo de definição do masculino e do feminino (BUTLER, 2003) e, de acordo com Bourdieu (1999), a própria dominação masculina começa no processo de masculinização e feminização dos corpos. Logo, a feminização e a masculinização aqui abordadas referem-se à exacerbação do que seria atribuído ao feminino e masculino social e culturalmente. Outras entrevistadas não falaram diretamente sobre relações de poder entre lésbicas nem sobre a hiperssexualização ou masculinização ou feminização exacerbada das lésbicas negras nas relações inter-raciais e, no entanto, comentaram sobre relações afetivo-sexuais entre mulheres brancas e negras.

Heliana Hemetério aborda o assunto no momento que fala sobre o racismo e como as pessoas brancas e negras lidam com o tema.

Segundo, que eu acho muito cuidadoso, namorar uma mulher branca é uma coisa que temos que ter um olhar político para esse namoro. A branca é ela, nós não. Pensarmos que por alguns momentos do dia, ou da vida, sair com ela na rua, no shopping, é muito mais confortável. Tá com um branco do lado você está protegida de qualquer suspeita, até porque quem olha fala “não, ela deve ser uma preta decente, porque essa branca tá com ela, ela é amiga de uma branca, é casada com uma branca né, ou com um branco, que seja. Então isso legitima naquele momento, mas você não anda encarapitado o tempo todo, e você nunca deixará de ser uma branca casada com uma negra, uma negra casada com uma branca. O fato de você ter uma mulher branca, e ela ser apaixonada por você, não significa que ela não seja racista. Então, amar uma mulher branca é uma coisa, resolver a questão racial através dela é outra. Até porque ela não deverá resolver nada através de você. Ela tem que resolver o racismo dela através dela, porque você poderá ser a única mulher negra que ela teve na vida toda. Ela se apaixonou por você, ela ama você, você, isso tem que tá muito claro pra gente. O que você pode fazer é trazê-la para a sua luta né, trazer em solidariedade. Agora, achar que ela não é racista é outra coisa, porque



esse pacote do machismo, do patriarcado, do sexismo, do racismo, vem todo num pacote só, então ensinaram a ela a mesma coisa. [...] O nosso papel, podemos acompanhá-la nesse processo, ela está buscando isso, está desconstruindo nela, mas esse é o processo dela. O nosso é continuarmos construindo a nossa história e sendo protagonistas, nós não podemos nos perder na nossa luta, de jeito nenhum (Heliana Hemetério, 2014).

A abordagem de Soraya Menezes para as relações inter-raciais é diferente da de Heliana Hemetério, além de tocar na mistura das classes sociais e reforçar um pouco a sensação de que, entre as lésbicas pobres, as negras eram maioria.

[...] às vezes acontecia porque aqui em Belo Horizonte tinha a democracia, tinha uma rua que chamava Rua da Lama. Então essa Rua da Lama ela tinha uns bares de fora a fora nela, tinha umas ruas LGBTs viradas porque não tinha nada nelas. Não tinha que pagar pra entrar era mais razoável o preço da cerveja e ali se reunia a turma toda e dali ia pra boate. Então era uma rua que ia rico, pobre. A gente chegava a pé lá por que era o point [...]. Então aquele espaço era interessante por que funcionava de sábado e domingo à tarde então, o que que acontecia, as mulheres chegavam lá cedo e a partir de duas horas da tarde chegava muitas mulheres, é mulher a pé é mulher de carro é mulher de moto. Então tinha esse espaço aí democrático que hoje a gente tem aqui na barraca da Magda, na feira hippie e, ali era nosso espaço democrático na Rua da Lama. (Soraya Menezes, 2014)

Ainda assim, é possível perceber como as intersecções são desafios correntes no Brasil. A preocupação não é restringida às relações entre mulheres, brancas ou negras. A grande questão no entendimento da interseccionalidade é o como trabalhar com ela no âmbito político e social, como podemos perceber na fala da Rosângela Castro.

Então hoje não dá pra gente separar lesbianidade de racismo. E eu penso também como é que a gente vai discutir, principalmente, com as jovens negras que estão se reconhecendo como lésbicas né, ou com as jovens lésbicas que estão aprendendo que são negras, todo esse binômio né, do racismo com a questão da orientação sexual. Como essa jovem vai chegar no médico e vai dizer que é diferente, como o ginecologista vai olhar pra essa menina? [...] Ginecologistas conhecem algumas xerecas mas não conhecem as mulheres. Então como é que ele vai cuidar, como é que ele vai falar, como é que ele vai dar o retorno pro que essa pessoa tá procurando se ele desconhece quem somos nós? Como é que uma professora vai trabalhar com uma aluna lésbica negra? E se essa aluna lésbica negra for de comunidade? E se essa lésbica for de comunidade e não esticar o cabelo? E se essa lésbica negra for de comunidade, não esticar o cabelo e tiver o quadril muito mais largo e é masculinizada e... tudo isso né... as interseccionalidades nossas.

Para finalizar, destaco o fato de ser inegável a indissociabilidade dessas identidades com a interseccionalidade. A conceituação da interseccionalidade torna plausível a pesquisa e visibilidade



de desvantagens produzidas sobre as pessoas em uma sociedade desigual. Para as mulheres lésbicas negras essas desvantagens podem derivar de discriminações de gênero por serem mulheres, de orientação sexual por serem lésbicas e de raça por serem negras. Contudo, essa situação pode se agravar quando somadas outras características, por exemplo, discriminação de classe social por serem pobres, ou geográfica por morarem em bairros afastados, ou por portarem alguma necessidade especial, dentre outras (CASTRO, 2010, p. 32-33).

Ainda assim, as resistências e os papéis e funções sociais impostos às lésbicas negras são constantemente desconstruídos, reconstruídos e ressignificados através de suas próprias identidades interseccionadas.

Referências

- AZEVEDO, Thales de. *As elites de cor: um estudo sobre a ascensão social*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1955.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Oeiras: Celta, 1999.
- BUTLER, Judith P. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CASTRO, Fabiana Leonel. *Negras, jovens, feministas: sexualidade, imagens e vivências*. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.
- CASTRO, Rosangela Fernandes de. *O jornal Lâmpião da Esquina e a militância lésbica negra nas décadas de 1970 e 1980*. Rio de Janeiro, Coordenadoria Especial da Diversidade Sexual – CEDS-Rio, 18 e 19 set. 2014. Entrevista concedida a Ariana Mara da Silva.
- CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, v.10, n.1, p. 171-188, Florianópolis, jan. 2002.
- GUIMARÃES, Antonio S. A. *Classes, raças e democracia*. São Paulo: Editora 34, 2002.
- HEMETÉRIO, Heliana. *O jornal Lâmpião da Esquina e a militância lésbica negra nas décadas de 1970 e 1980*. Porto Alegre - RS, 30 mai. 2014. Entrevista concedida a Ariana Mara da Silva.
- LORDE, Audre. *There is no hierarchy of oppressions*. New York: Council on Interracial Books for Children, 1983.
- MENESES, Soraya. *O jornal Lâmpião da Esquina e a militância lésbica negra nas décadas de 1970 e 1980*. Belo Horizonte, Conservatório Mineiro de Música da UFMG - RS, 06 set. 2014. Entrevista concedida a Ariana Mara da Silva.
- MOASSAB, Andreia. *Brasil periferia(s): a comunicação insurgente do Hip Hop*. São Paulo: FAPESP, 2011.
- OLIVEIRA, Vanilda M. *Um olhar interseccional sobre feminismos, negritudes e lesbianidades em Goiás*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2006.



- PEREIRA, Neusa das Dores. *O jornal Lâmpião da Esquina e a militância lésbica negra nas décadas de 1970 e 1980*. Rio de Janeiro, Centro de Documentação e Informação *Coisa de Mulher* – CEDOICOM, 17 set. 2014. Entrevista concedida a Ariana Mara da Silva.
- PINAFI, Tânia. Assimetrias de poder na militância entre gays e lésbicas. In: COSTA, Horário (et al) *Retratos do Brasil homossexual: fronteiras, subjetividades e desejo*. Ed: EDUSP/Imprensa Oficial, 2010, p. 899-908.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Colección Sur Sur, CLACSO, Buenos Aires, 2005, p. 227-278.
- ROCHA, Emerson Ferreira. Cor e dor moral: sobre o racismo na “ralé”. In: *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: UFMG, 2009.
- SILVA, Anelise Fróes da. Lésbicas negras feministas: diálogos entre gênero, raça e sexualidade nos movimentos lésbico e feminista no sul do Brasil. In: Reunión de Antropología Del Mercosur, VIII, 2009, Buenos Aires. *Anais eletrônicos da VIII Reunión de Antopología Del Mercosur*. Disponível em: < <http://www.ram2009.unsam.edu.ar/>>. Acesso em: 14 set. 2011.
- WALSH, Catherine. Interculturalidad, plurinacionalidad y decolonialidad: las insurgencias político-epistémicas de refundar el Estado (2008). In: *Tabula Rasa*. Bogotá, n.09, p.131-152, 2008.
- WERNECK, Jurema. *Construindo a equidade: estratégias para implementação de políticas públicas para a superação das desigualdades de gênero e raça para as mulheres negras*. Rio de Janeiro: AMNB, 2007.
- VIGOYA, Mara Viveros. La sexualización de la raza y la racialización de la sexualidad en el contexto latinoamericano actual. *Revista Latinoamericana de Estudios de la Familia*, v. 1, enero - diciembre, 2009, pp. 63-81.

